

A LINGUAGEM POLITICAMENTE CORRETA – ETNIAS EM JOGO¹

Mariana Fernandes dos SANTOS (IFBA)²
Flavio Biasutti VALADARES (IFSP)³

Resumo: O artigo analisa 7 termos selecionados da Cartilha do Politicamente Correto e Direitos Humanos, publicada no ano de 2004, pela Secretaria Especial em Direitos Humanos. Objetiva mostrar como as representações da linguagem e sua constituição do simbólico com o político nas práticas discursivas são postas na Cartilha. Adota a ótica da Análise do Discurso de linha francesa como aporte teórico, a partir dos conceitos de noção de sujeito, interdiscurso, condições de produção e memória discursiva. Como procedimentos metodológicos, analisa termos ligados à etnia; conclui que existe uma tentativa do politicamente correto de aludir a uma nova ética por meio da adoção de uma nova linguagem para não se estar inserido no politicamente incorreto visando à valorização de grupos e etnias historicamente marginalizados.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Politicamente Correto. Cartilha.

Abstract: This article analyzes 7 terms related to the Booklet of Politically Correct Language and Human Rights, published in 2004, by the Special Secretariat for Human Rights. This study aims at showing how representations of language and their symbolic constitutions embedded with political aspects in discursive practices are stated in this Booklet. It is grounded on the theoretical perspective of French Discourse Analysis, based on the notion of subject, interdiscourse, conditions of production and discursive memory. The methodology used was the analysis of ethnic related terms. It was concluded that there is an attempt to use the politically correct perspective to allude a new ethics through the adoption of a new language in order not to be inserted in the politically incorrect situation. This attempt aims at valorizing the historically marginalized ethnic and minority groups.

Keywords: Discourse Analysis. politically correct. booklet.

1. Introdução

Neste artigo, objetivamos analisar o discurso do politicamente correto, sob o viés institucionalizado via publicação da *Cartilha Politicamente Correto e Direitos Humanos*, considerando, para tanto, o escopo teórico-metodológico da Análise do Discurso, de linha francesa, por meio de autores como Brandão (2004), Fiorin (2005, 2008), Pêcheux (1975), Orlandi (2003, 2004, 2006), Possenti (2004) e Rajagopalan (2000).

Além disso, avaliamos os mecanismos que condicionaram a produção discursiva, identificamos as filiações ideológicas que permeiam as significações nas materialidades

¹ O artigo compõe os trabalhos do grupo de pesquisa/CNPq (certificado pelo IFSP) – Estudos Sociolinguísticos e Discursivo-culturais, na linha de pesquisa *Estudos do Discurso*.

² Mestre em Estudos de Linguagens/UNEB-BA; Doutoranda em Ensino, Filosofia e Histórias das Ciências/UFBA; Docente do IFBA/Campus Eunápolis/BA. Endereço eletrônico: marianafernandes.ifba@gmail.com

³ Doutor em Língua Portuguesa/PUC-SP; Pós-Doutorado em Letras/UPM-SP; Docente do IFSP/Campus São Paulo/SP. Endereço eletrônico: flaviovaladares2@gmail.com



discursivas, bem como apontamos o lugar e o conteúdo do discurso politicamente correto ligado à etnia. Para isso, selecionamos sete termos, todos referências ao universo étnico.

Por fim, é-nos fundamental levar a discussão para que se compreendam os discursos contemporâneos no sentido de refletir sobre a relação entre homem, linguagem, sociedade, sentido, história e poder. Para tanto, a escolha de termos ligados à etnia nos propicia entender como se dá a construção do discurso do politicamente correto na linguagem do brasileiro.

2. Fundamentação teórica

Marcada por releituras e rupturas, a Análise do discurso se desenvolve tomando como base três grandes vertentes teóricas: “a linguística, numa releitura de Saussure, fazendo retornar para a língua o sujeito e a história que haviam ficado de fora; o materialismo histórico de Marx, relido por Althusser, que conjuga a língua com a história; e, por fim, a Psicanálise de Freud, relido por Lacan” (GREGOLIN, 2006, p. 25).

É a partir disso que fazemos nosso recorte teórico, a fim de dar o suporte necessário a nossa análise neste artigo. Assim, de acordo com Brandão (2004, p. 11), “a linguagem, enquanto discurso [...] é um modo de produção social” e não de produção individual. Por isso, não pode ser pensada fora do seu contexto social. A linguagem não é neutra, inocente e nem natural, mas o lugar privilegiado de manifestação da ideologia.

Com isso, sendo de interesse da Análise do Discurso o trinômio língua-discurso-ideologia, relação que se complementa com a inserção do sujeito que enuncia o discurso, também perpassado pela ideologia e pela historicidade, valemo-nos disso para nossa análise, ou seja, com a visão de que a linguagem não é concebida estando desvinculada da exterioridade, mas “como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social” (ORLANDI, 2003, p. 15).

Essa mediação leva em conta o homem na sua história, na sua relação com o mundo: o sujeito que enuncia o discurso não é um sujeito livre, origem do seu dizer, mas resultante de fonte exterior que constitui o seu dizer – a ideologia e a historicidade. Nesse sentido, Pêcheux afirma que “os sujeitos acreditam que ‘utilizam’ seus discursos quando na verdade são seus ‘servos’ assujeitados, seus ‘suportes’” (PÊCHEUX, 1993[1983], p. 311).

Posto isso, entendemos que um discurso pode manifestar-se em diferentes textos, a autonomia para textualizar é muito grande e essa autonomia é condicionada pelos processos modelizantes de aprendizagem, por meio da tradição textual; ou como nos indica Fiorin



(2005, p. 42), “o discurso é, pois, o lugar das coerções sociais, enquanto o texto é o espaço da ‘liberdade’ individual”. O autor também nos esclarece que “formas de dizer o discurso são aprendidas e estão de acordo com as tradições culturais de sociedade”.

Nesse sentido, apresentamos interdiscurso, esquecimento enunciativo, condições de produção e memória discursiva, que balizam nossa análise na próxima seção:

De acordo com Pêcheux (1997[1975]), o sentido de uma palavra ou expressão, entre outras manifestações linguísticas, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras ou expressões são produzidas ou mesmo reproduzidas. Isso nos faz compreender que os sentidos não existem nas práticas discursivas de maneira transparente, são (re)produzidos conforme as formações ideológicas que os constituem.

Por sua vez, as formações ideológicas pautam correspondentes formações discursivas: para Orlandi (2006, p. 17), “as formações discursivas são a projeção, na linguagem, das formações ideológicas”. As palavras adquirem seu sentido em referência às posições dos que as empregam, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. Dessa maneira, as formações discursivas se configuram como o que pode ser dito a partir de uma formação ideológica, sendo que esta se refere a uma posição dada diante de uma situação e dão sentido a uma prática discursiva por meio de uma formação discursiva.

Nesse ponto, a noção de interdiscurso caracteriza-se como um conjunto de formações discursivas. Para a Análise do Discurso, o sujeito é discursivo e essencialmente histórico e ideológico e tem a ilusão de ser a fonte do sentido, mas que representa em sua enunciação um tempo e um espaço social em que está inserido. Dessa maneira, seus dizeres são um recorte das representações históricas de um tempo histórico e o seu discurso se situa em relação a outros discursos historicamente constituídos e proferidos anteriormente.

Assim, o interdiscurso mobiliza a relação de sentido na ordem do saber discursivo, que podemos chamar da memória afetada pelo esquecimento. O esquecimento é estruturante na constituição do sentido, ou seja, de acordo com Pêcheux (1975), existem duas formas de esquecimento no discurso: o esquecimento número 1 e esquecimento número 2; o número 1 é mais da ordem ideológica e demonstra como somos afetados pela ideologia ou, nas palavras de Orlandi (2003, p. 35), “por esse esquecimento, temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes”.

O esquecimento número 2 também é chamado de esquecimento enunciativo, por ser da ordem da enunciação e demonstra que, ao falarmos, fazemos isso de uma maneira e não de



outra, e, “ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre poderia ser outro” (ORLANDI, 2003, p. 35). Por isso, os esquecimentos são chamados de enunciativos ou ideológicos, de uma forma ou de outra, são estruturantes e partem da constituição dos sujeitos e dos sentidos.

Sobre as condições de produção, esclarecemos que elas podem ser compreendidas como as circunstâncias da enunciação e envolvem os sujeitos e a situação do discurso; podem também ser compreendidas em sentido mais amplo, entendendo a situação como o contexto sócio-histórico ou ideológico. Para Orlandi (2006, p. 15),

se separarmos contexto imediato e contexto em sentido amplo é para fins de explicação, na prática não podemos dissociar um do outro, ou seja, em toda situação de linguagem esses contextos funcionam conjuntamente. Por exemplo, em uma situação de linguagem, esses contextos funcionam conjuntamente. Por exemplo, em sua situação de sala de aula, a situação imediata, as circunstâncias de enunciação compreendem o contexto da sala com o professor e os alunos; a situação no sentido amplo compreende o contexto sócio-histórico, ideológico, isto é, o fato de que em uma sociedade como a nossa o saber é distribuído por uma rede institucional, hierarquizada em que saber relaciona-se ao poder. (ORLANDI, 2006, p. 15)

Além disso, o conceito de memória discursiva é um dos aspectos centrais analisados por Pêcheux:

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1993, p. 52)

Segundo Pêcheux (1997[1975]), todo discurso constitui-se a partir de uma memória e do esquecimento de outro. Os sentidos constroem-se no embate com outros sentidos. A memória discursiva, também enfatizada por Pêcheux como interdiscurso, de outro modo, é um saber que possibilita que nossas palavras façam sentido.

Nesse sentido, Orlandi (2006) denota que o conceito de interdiscurso de Pêcheux nos leva a compreender que as pessoas estão ligadas a esse saber discursivo que não se aprende, mas que produz seus efeitos por meio da ideologia e do inconsciente. Para ela, o interdiscurso está articulado ao complexo de formações ideológicas. O “sentido”, tão explorado por Pêcheux, é sempre uma palavra por outra, ele existe em relações (transferência) que se dão nas formações discursivas que são seu lugar histórico provisório.



3. A linguagem politicamente correta: uma breve apresentação

O discurso politicamente correto vem se configurando de modo polêmico nas últimas décadas, com defesa e críticas a este tipo de prática; para os que criticam, tal prática de substituição de termos não tem relevância, visto que os sentidos das palavras não modificam o olhar da sociedade sobre os indivíduos discriminados. Fiorin (2008) explica que há duas posições dos defensores da linguagem politicamente correta que contrariam a natureza do funcionamento da linguagem e que, portanto, são irrelevantes para a causa que defendem.

Em sua visão, a primeira é a crença de que a palavra isolada carrega sentido e apreciação social. Na verdade, um termo funciona num discurso e não isoladamente. Por isso, nem todos os usos do vocábulo negro com valor negativo denotam racismo. De outra forma, a segunda refere-se à etimologia do termo. (FIORIN, 2008)

Por fim, Fiorin (2008) alerta que

uma outra coisa que produz efeito contrário ao pretendido é o uso de eufemismos francamente cômicos, quando a língua não possui um termo “não marcado” para fazer uma designação que é vista como preconceituosa: por exemplo, dizer “pessoa verticalmente prejudicada” em lugar de anão; “pessoa de porte avantajado” em vez de gordo; “pessoa em transição entre empregos” por desempregado. Isso gera descrédito para os que pretendem relações mais civilizadas entre as pessoas. Por isso, as piadas já começam a surgir. (FIORIN, 2008, p. 4)

Rajagopalan (2000, p. 101-102) explicita que a linguagem politicamente correta “não é nenhum remédio milagroso contra os preconceitos que estão fortemente arraigados em nossa sociedade”. Ele complementa que “a luta contra tais preconceitos não pode estar restrita a uma simples questão de reforma linguística”. E mais: “talvez seja preciso pensar em outros recursos para novamente alertar os usuários da língua sobre os preconceitos cujos reflexos a sua linguagem ainda carrega”.

No entanto, o autor afirma que o combate aos preconceitos pode começar na linguagem por meio da eliminação de práticas discursivas que denunciam a existência de tais preconceitos:

A luta contra os preconceitos terá que ser uma luta persistente e incansável. Serão necessárias inúmeras tentativas e, ainda assim, não haverá nenhuma garantia de que o mundo estará livre de todos os preconceitos e a linguagem



politicamente “limpa” de uma vez por todas. Entretanto, uma das maneiras mais eficazes de combater os preconceitos sociais (que, ao que tudo indica, sempre existirão) é, de um lado, monitorar a linguagem por meio da qual tais preconceitos são produzidos e mantidos e, de outro, obrigar o usuário, em nome da linguagem politicamente, a exercer controle sobre sua própria fala e, ao controlar sua própria fala, constantemente se conscientizar da existência de tais preconceitos. Intervir na linguagem significa intervir no mundo. (RAJAGOPALAN, 2000, p.102)

Fiorin (2008, p. 1) revela que

a linguagem politicamente correta é a expressão do aparecimento na cena pública de identidades que eram reprimidas e recalcadas: mulheres, negros, homossexuais, etc. Revela ela a força dessas “minorias”, que eram discriminadas, ridicularizadas, desconsideradas. Pretende-se, com ela, combater o preconceito, proscrevendo-se um vocabulário que é fortemente negativo em relação a esses grupos sociais. A ideia é que, alterando-se a linguagem, mudam-se as atitudes discriminatórias. (FIORIN, 2008, p. 1)

De outra forma, Soares (1998) problematiza as diferentes maneiras como a sociedade em geral compreende essa linguagem:

Os significados atribuídos ao “politicamente correto” variam, é claro, mas a variação é limitada. Os sentidos do “politicamente correto”, segundo o público brasileiro elitizado, oscilariam entre posições dos seguintes tipos: (1) “trata-se de manifestação do histerismo fanático norte-americano, que castra o humor, mata a espontaneidade humana e disciplina todas as relações interpessoais”; (2) “trata-se de manifestação de intolerância de inspiração puritana e conservadora, que enseja a produção de identidades sociais artificialmente depuradas de qualquer carga de ambivalência, expressando uma cultura fortemente racionalista e autoritária; (3) “trata-se do nome dado a uma pretensão equivocada e perigosa, no limite totalitária, de definir uma gramática unívoca do comportamento socialmente aceitável”. (SOARES, 1998, p. 220)

Pensando em nosso aporte teórico-metodológico, o da Análise do Discurso, Brandão (2004, p. 11) salienta que

a linguagem, como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. (BRANDÃO, 2004, p. 11)



Dessa maneira, a linguagem politicamente correta enquanto discurso materializado configura-se num ‘lugar de conflito’ entre sentidos e ideologias, bem como de conflitos de cunho político e linguístico efetivado por meio das trocas de palavras. Retomando o problema da significação do discurso politicamente correto, Possenti (2004, p. 42) explica que

ao mesmo tempo que perpassa por elementos discursivos e de dados empíricos é também uma questão que diz respeito aos estudos etimológicos de alguns léxicos que dentro desse discurso estabelecem relação de formações discursivas históricas nas quais passaram a ter os sentidos que tem frente à significação dos discursos referentes às palavras consideradas politicamente corretas e das que não são. (POSSENTI, 2004, p. 42)

4. O lugar dos termos politicamente corretos na etnia

A *Cartilha Politicamente Correto e Direitos Humanos* pode ser considerada uma espécie de norteador para o conteúdo que traz; além disso, visa também à conscientização e à sensibilização da sociedade em prol de uma causa – a do Movimento Politicamente Correto, especificamente da cultura de Direitos Humanos como observado no trecho da apresentação:

Apresentação

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos, vinculada à Presidência da República, com vistas a colaborar para a construção *de uma cultura de direitos humanos*, apresenta a cartilha “Politicamente Correto e Direitos Humanos” como forma de chamar a atenção de toda a sociedade para o que o historiador Jaime Pinsky chamou de “os preconceitos nossos de cada dia” (CIPRIANO citado por QUEIROZ, 2004).

No verso da folha de rosto, há o termo de permissão para reprodução:

@Copyright: Secretaria Especial dos Direitos Humanos

É permitida a reprodução total ou parcial da publicação, devendo citar menção expressa na fonte de referência.

Os conceitos e opiniões nesta obra são de exclusiva responsabilidade do autor (QUEIROZ, 2004).

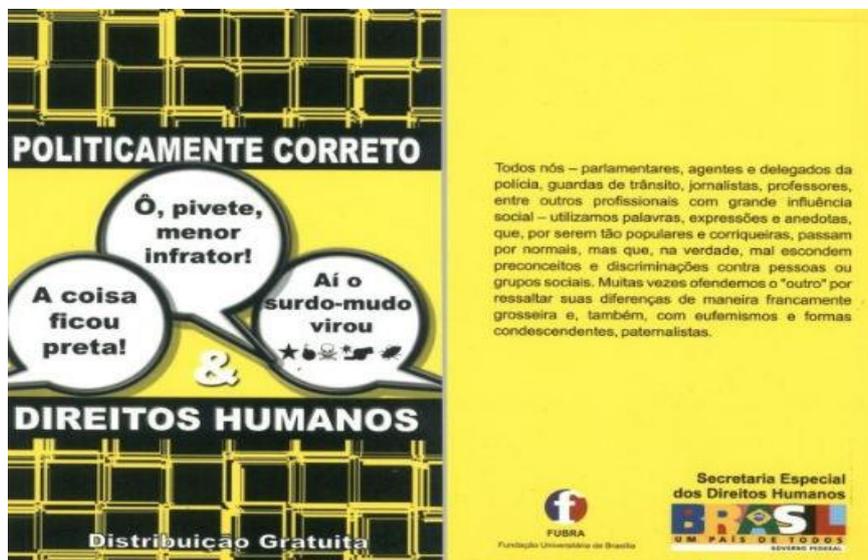
Ainda nesta mesma página, a referência bibliográfica da obra é feita a:

QUEIROZ, Antônio Carlos. *Politicamente correto e direitos humanos*. Brasília: SEDH, 2004. 88p.



A capa segue o padrão clássico da compreensão de uma cartilha: não aparece nome do autor e nem referência à editora. Como citado na Apresentação, o autor entende a obra como uma cartilha, não existe a presença de dedicatória.

Figura: Capa da Cartilha



Fonte: Queiroz (2004)

O conteúdo da *Cartilha* faz parte das políticas voltadas para a cultura dos Direitos Humanos, especificamente do Movimento Politicamente Correto. Foi publicada no ano de 2004 pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, vinculada à Presidência da República durante o governo do ex-Presidente Luis Inácio Lula da Silva, Lula. Sua edição foi produzida por Perly Cipriano e o texto por Antônio Carlos Queiroz, são 88 páginas com 96 verbetes.

Segundo seus representantes – Cipriano e Queiroz, a *Cartilha* propõe-se a apresentar expressões pejorativas, comentá-las e, assim, mostrar aos leitores desse texto o que deve ser evitado para que seja ratificada a cultura de Direitos Humanos. Nesse sentido, destacamos a tentativa de construção de sujeitos com marcas ideológicas e políticas possíveis para nossas análises, isto é, uma forma de discurso configurado num ‘lugar de conflito’.

Para selecionar o *corpus* ante a amplitude do objeto, optamos pelos termos que se referem à etnia, por considerarmos a discussão em torno dele no Brasil, principalmente por meio de piadas contadas nas e pelas várias esferas sociais. O material escolhido contempla termos ou expressões apresentadas na *Cartilha Politicamente Correto e Direitos Humanos*, tendo sido selecionados 7 termos:

O 1º termo ligado à etnia que selecionamos é “denegrir ou denigrir”, verbo que apresenta sentido de aviltar, diminuir a pureza, conspurcar. Podemos dizer que se tornou



ofensivo aos negros, como observado no *Dicionário online de Português*⁴, a partir de uma associação do significado com *fazer negro; escurecer; atacar a reputação, o talento de alguém; desacreditar; depreciar; macular, manchar. O mesmo que denegrir.*

Nessa perspectiva, todos esses significados demonstram a tentativa de legitimação discursiva, a partir da consolidação, na língua, de que tal termo passa a uma construção negativa em relação à etnia do negro; e, por isso, não deve ser utilizado sob pena de produzir na memória uma associação direta a depreciações, o que produz a construção de uma noção de sujeito afetada pelas condições de produção com real impacto na memória discursiva acionada pelo e no interdiscurso.

O 2º termo em análise é “gringo”, utilizado no Brasil para discriminar qualquer estrangeiro. Em alguns países latino-americanos, como o México, refere-se especificamente aos estadunidenses. A palavra tem caráter xenófobo, isto é, serve para expressar menosprezo ou ódio aos estrangeiros.

Constatamos, nesse caso, o resgate de uma formação discursiva histórica do período ufânico e patriótico existente no Brasil nos meados do século XIX, que representou o contexto histórico do movimento literário Romantismo, especificamente na chamada primeira geração romântica. Esse foi o período de construção da identidade brasileira nos aspectos políticos, literários e sociais. Qualquer referência estrangeira deveria ser evitada, ocorria então o sentimento de xenofobia.

Como esse resgate, por parte do sujeito, é dado o efeito de sentido de que as formações ideológicas que determinam os sentidos da palavra *gringo* se constituem nesse processo histórico e cultural, que perdura nos dias atuais; tem-se, por causa disso, um termo inadequado, politicamente incorreto. Em outras palavras, as condições de produção levarão a identificar se e quando o termo é politicamente incorreto à medida que se aciona a ideia de que se fala com o gringo ou do gringo, configurando o espaço interdiscursivo de que o politicamente incorreto sofre uma transgressão evidenciada na atitude do brasileiro para com quem é estrangeiro.

No 3º termo, “índio” – designação genérica de qualquer indivíduo cujos ancestrais habitavam as Américas antes da chegada dos europeus, no século XVI – verificamos que o fato de ter sido cunhado pelos navegadores da esquadra de Cristóvão Colombo, quando aportaram no continente em 1492, baseados na crença equivocada de que haviam chegado às

⁴ Disponível em: <http://www.dicio.com.br/denegrir/> Acesso em 12.set.2013.



Índias, gera uma espécie de memória discursiva em que o acontecimento a ser lido vem restabelecer implícitos, ou seja, a condição do legível em relação ao próprio legível.

Nesse ponto, tem-se, então, que a associação do termo a contextos nos quais a pessoa figura como mal educada, agressiva, sem trato social atesta seu uso ligado a uma generalização de grupo, desrespeitando a cultura indígena de forma macro – ao colocar todos como índios – e micro – ao dispor de um comportamento que generaliza a etnia indígena. A *Cartilha* leva-nos a interpretar o interdiscurso de busca de desconstrução das generalizações a favor de vislumbrar as identidades dentro da diversidade.

Além disso, na contemporaneidade, na textualização sobre o termo índio, o Movimento do Politicamente Correto, por meio da *Cartilha*, traz a discussão de que o termo que localiza um grupo é questionado diante de sua origem histórica e representação de sentido, o que indicia a reflexão de que deve ser pensado outro termo para identificação do grupo, dissociando-se elementos que remetem a formas xenófobas de identificação.

“Judiar”, nosso 4º termo em análise, advém de judeu, verbo de conotação pejorativa, originado na leitura dos Evangelhos segundo a qual foram eles, e não os soldados romanos, os que torturaram e assassinaram Jesus Cristo. O termo se insere no contexto do credo religioso e é recuperado o interdiscurso de manipulação e controle dos povos judeus, bem como de tortura em nome de princípios religiosos. Atrelado a isso, os judeus sempre foram conhecidos historicamente como controladores comerciais e de posses.

Dessa forma, o termo “judiar” remete ao efeito de sentido de “fazer mal, maltratar”. Por isso, considerado pelo MPC como inadequado, politicamente incorreto. Nessa perspectiva, cumpre-nos ressaltar o aspecto interdiscursivo presente na ação que o verbo propaga, já que judiar de alguém significa uma construção de maltratar, isto é, dizer que se vai judiar de alguém é remeter ao grupo em questão, o que pode até não ser resgatado pela etimologia, mas certamente se ampara na discriminação de um povo e de uma associação equivocada historicamente.

O 5º termo analisado é “mulato”, que significa ser filho de mãe branca com pai negro, ou vice-versa. Mestiço de branco, negro ou indígena, de cor parda. Originariamente, na língua espanhola, a palavra se referia ao filhote macho do cruzamento de cavalo com jumenta ou de jumento com égua, daí a sua carga pejorativa. Transposto para o português já com o sentido de mestiço, o termo serviu à ideologia do branqueamento da raça negra e entrou no imaginário popular, pela literatura nativista, para designar a pessoa sedutora, lasciva, inzoneira, sonsa, cheia de artimanhas ditas “tropicais”, um outro estereótipo.



Com isso, construiu-se um funcionamento, no discurso, que instituem sobre o termo formações discursivas do tipo: institucionalizada, quando diz sobre o sentido do termo relacionado à identidade étnica; de preconceito do branco europeu colonizador em relação ao negro escravizado, quando se refere ao sentido da palavra na língua espanhola; de segregação do negro por meio de sua retratação na literatura elitizada do branco. Nesse sentido, o termo “mulato” daria a ideia de que sua origem viria de mula, raça degenerada, mas essa afirmação é problematizada na contemporaneidade por teóricos que rediscutem e refutam essa discussão etimológica relacionada à língua espanhola. (QUEIROZ, 2004)

Nosso 6º termo em análise é “negro” que traz, na textualização de seu verbete, uma contradição discursiva acionada por um efeito de memória lacunar, o que provoca um efeito de inconsistência na cadeia do reformulável, ideologicamente neutralizado pelo locutor, por meio de manobras discursivas. Ou seja, é utilizada a estratégia do apagamento de uma formação discursiva para a filiação de outra, de maneira que funciona inicialmente a formação discursiva relacionada à ideia de que o termo “negro” é compreendido como neutro, por isso politicamente correto e substituto do verbete “preto”, por exemplo.

Em seguida, ocorre o apagamento dessa formação discursiva, para sua filiação de que os discursos significam de maneira diferente diante das condições de produção. Nesse ponto, a noção de sujeito é afetada pelas condições de produção, o que gera uma desconstrução da etnia, inclusive, em termos de memória discursiva, ou seja, o negro é colocado em um lugar de inferioridade e, ao tentar resgatar sua identidade, depara-se com tentativas linguísticas de alteração do paradigma, com o uso do termo “preto” para sua etnia.

O último termo analisado é “preto de alma branca”. Trata-se de uma expressão utilizada com o propósito de colocar em evidência uma ideologia de branqueamento no país, atribuindo valor máximo à raça branca e mínimo aos negros. Exemplos como “apesar de ser preto, é gente boa” e “é negro, mas tem um grande coração” são variações verificadas como modo de operacionalizar o racismo e a segregação.

Isso posto, é importante frisarmos que a noção de sujeito construída aproxima a efetivação de um interdiscurso com base em condições de produção que afetam diretamente a memória discursiva, levando pessoas da etnia à construção de uma imagem equivocada sobre si mesmas, ou seja, não se percebendo como etnia e se desvalorizando em detrimento da força instalada na memória discursiva subjacente ao posto ideologicamente.

Dessa maneira, finalizamos a análise com a citação de Orlandi (2004, p. 11): “(...) o dizer é aberto. É só por ilusão que se pensa poder dar a ‘palavra final’. O dizer também não



tem um começo verificável: o sentido está (sempre) em curso”. Há diferentes formas e reflexões sobre os dizeres investigados. Isso significa que sempre ocorrerão incompletudes nas análises, mas também nos coloca como pesquisadores que sinalizam como o aporte teórico-metodológico da Análise do Discurso pode nos conduzir a identificar processos de construção da ideologia por meio do discurso institucionalmente veiculado.

5. Conclusão

Nosso artigo tratou do funcionamento do discurso de uma linguagem de representação contemporânea no movimento dos sentidos entre os discursos politicamente incorreto e politicamente correto. Para tanto, amparamo-nos no escopo teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa.

O material analisado nos permitiu a problematização em relação aos efeitos de sentido proporcionados pela *Cartilha do Politicamente Correto e Direitos Humanos*. E ainda, perceber os efeitos das práticas discursivas na constituição das identidades sociais de etnia, recorte por nós feito para este artigo, com a análise de 7 termos na referida cartilha.

Nesse cenário, o discurso politicamente correto pode ser compreendido como uma construção de sentido que visa a orientar as práticas sociais, principalmente as de linguagem em relação ao fato de que historicamente perfis sociais hegemônicos foram majoritários na visibilidade social em detrimento de grupos minoritários.

Assim, para o sujeito do discurso da *Cartilha*, preconceito e discriminação são constructos historicamente postos por grupos sociais privilegiados cultural, econômica ou intelectualmente e, em alguns momentos, legitimado pela elite intelectual que, muitas vezes, é omissa à situação. Ao mesmo tempo, o sujeito coloca-se como parte do grupo social culpado por originar e fomentar o preconceito, também se coloca fora do grupo e constitui-se como vítima, por não ser visto como igual pelas minorias.

Por fim, o Politicamente Correto é compreendido por uma parte da sociedade como uma nova gramática autoritária ou uma nova ética. Por outro lado, é visto como um movimento aberto que impele nos indivíduos sociais a constante negociação de sentidos e valores e, além disso, o reavivamento do debate ético-político de cunho libertário, um pensamento que interdiscursa com as consolidadas lutas sociais por justiça e liberdade contrapondo as ideologias totalitárias de caráter segregador. A etnia é um exemplo disso!



6. Referências

- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2ª. ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2004.
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2005.
- FIORIN, José Luiz. A linguagem politicamente correta. **Linguagem** (São Paulo), v. 1, p. 1-4, 2008.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos**. 2ª. ed. São Carlos/SP: Claraluz, 2006.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 7ª. ed. Campinas/SP: Pontes, 2003.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 4ª. ed. Campinas/SP: Pontes, 2004.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4ª. ed. Campinas/SP: Pontes, 2006.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise do discurso: atualizações e perspectivas [1975]. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.) [1975]. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Pêcheux**. 2ª. ed. Campinas: Unicamp, 1997. p. 163-252.
- POSSENTI, Sírio. A linguagem politicamente correta e a análise do discurso. In: POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso**. 2ª. ed. Curitiba/PR: Criar, 2004.
- QUEIROZ, Antônio Carlos. **Politicamente correto e direitos humanos**. Brasília: SEDH, 2004.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. Sobre o porquê de tanto ódio contra a linguagem politicamente correta. In: SILVA, Fábio Lopes da; MOURA, Heronides Maurílio de Melo (orgs.). **O direito à fala**. Florianópolis/SC: Insular, 2000.
- SOARES, Luiz Eduardo. Politicamente Correto: o processo civilizador segue seu curso. In: PINTO, Paulo Roberto Margutti *et al.* (orgs.) **Filosofia analítica, pragmatismo e ciência**. Belo Horizonte/MG: Ed. UFMG, 1998.